

Análise Política

Ano 2, 49ª Edição - Brasília, 8/7/2021



Sistema**OCB**

somos**COOP**

Indicações de autoridades públicas e seus impactos ao cooperativismo



Durante esta semana, o Senado Federal promoveu um esforço concentrado para a votação de indicações do governo sobre autoridades públicas, para que estas possam assumir cargos diretivos em agências reguladoras, embaixadas e tribunais. No informativo de hoje, traremos detalhes sobre essas votações, o perfil de alguns nomes indicados e possíveis impactos dessas indicações para o cooperativismo brasileiro. Além disso, traçamos um panorama para as próximas semanas e a perspectiva sobre o recesso parlamentar na segunda quinzena de julho. Essas e outras informações de interesse, você confere a seguir!



Fernanda Magalhães Guardado,
indicada à Diretoria do BCB



Rafael Vitale Rodrigues, um dos
indicados à Diretoria da ANTT



Paulo Rebello Filho, indicado à
Diretoria da ANS



O processo de escolha e as indicações por órgão público

As indicações para alguns órgãos públicos, como as agências reguladoras, são feitas pela Presidência da República, por meio de mensagem ao Senado, e lidas em plenário pelo presidente da Casa. Depois disso, as indicações são enviadas para a comissão temática relativa ao cargo, que realiza um processo de sabatina dos nomes indicados. Por fim, as indicações retornam ao plenário e podem ser aprovadas ou não. De acordo com mapeamento da OCB, ao todo, 43 indicações ainda aguardavam para serem apreciadas pelo Senado até esta semana. Destas, 19 indicações de autoridades públicas foram concluídas em plenário, e já podem assumir o mandato em seus respectivos órgãos. As demais indicações, apesar de já terem sido analisadas pelas comissões, ainda aguardam inclusão na pauta do plenário.

Órgãos públicos	Análise pelas comissões	Aprovadas em plenário	Total
Agências reguladoras	12	4	16
Autarquias e outros órgãos	4	2	6
Cargos diplomáticos	4	8	12
Ministério Público	4	2	6
Tribunais superiores	0	3	3
Total	24	19	43

Quem são os nomes que devem assumir cadeiras nos órgãos colegiados de interesse do cooperativismo?

Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)

Nomes aprovados no plenário do Senado



Rafael Vitale Rodrigues será o novo diretor-geral da ANTT, com mandato de cinco anos. Vitale já atuou no DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), no Ministério da Infraestrutura e na Casa Civil.



Também ocupará cadeira na Diretoria da ANTT o ex-chefe de gabinete da presidência da Confederação Nacional do Transporte (CNT), **Guilherme Sampaio**. O gestor também já trabalhou no Sindicato das Empresas de Transporte de Carga de MG.

Ainda aguarda votação no plenário do Senado



Por fim, ainda aguarda votação, da sua indicação à ANTT, no plenário do Senado, o atual diretor do Departamento de Estruturação e Articulação de Parcerias do Ministério da Infraestrutura, **Fábio Carvalho**.



Quem são os nomes que devem assumir cadeiras nos órgãos colegiados de interesse do cooperativismo?



Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)

Nome aprovado no plenário do Senado



Paulo Rebello Filho, novo diretor-presidente da ANS, já trabalhou como chefe de gabinete de Ricardo Barros (PR), atual líder do governo na Câmara, quando o deputado era ministro da Saúde, no governo Michel Temer (2016-2018).

Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade)

Nome aprovado no plenário do Senado



Assume a presidência do Cade, o atual superintende-geral do órgão, **Alexandre Cordeiro Macedo**. O gestor também já trabalhou no Superior Tribunal de Justiça (STJ), na Controladoria Geral da União (CGU), no Ministério das Cidades e no Senado.

Indicações



Quem são os nomes que devem assumir cadeiras nos órgãos colegiados de interesse do cooperativismo?

Banco Central do Brasil (BCB)

Ainda aguarda votação no plenário do Senado



A economista-chefe do Banco Bocom BBM, **Fernanda Magalhães Guardado**, deve assumir a Diretoria de Assuntos Internacionais e Riscos Corporativos do BCB, reforçou o compromisso no Senado de controle da inflação.

Agência Nacional de Mineração (ANM)

Ainda aguardam votação no plenário do Senado



Ainda aguarda a conclusão da sua indicação na Diretoria da ANM, o atual gerente regional substituto do órgão, **Guilherme Santana Lopes Gomes**. O novo diretor tem carreira voltada à fiscalização da atividade de mineração no estado de Minas Gerais.



Geólogo, que aguarda a aprovação da sua indicação na Diretoria da ANM, **Ronaldo Jorge da Silva Lima** atualmente dirige a Diretoria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Pará.



Por que estas indicações importam?

Um dos maiores desafios da OCB na defesa de políticas públicas voltadas ao fomento às cooperativas em seus diversos setores diz respeito à falta de conhecimento, por parte dos tomadores de decisão, sobre as particularidades do modelo de negócios cooperativo. Sendo assim, a renovação das diretorias colegiados das agências reguladoras e de outros importantes órgãos públicos é um momento estratégico para a OCB, tendo em vista a **melhoria do ambiente regulatório para as cooperativas**.



ESTRUTURAS COM CONHECIMENTO ESPECIALIZADO EM COOPERATIVISMO

Uma importante meta no radar da OCB é a criação de estruturas com conhecimento especializado em cooperativismo nos ministérios, agências reguladoras e em outros órgãos públicos, a exemplo do que ocorre hoje no Banco Central e no Ministério da Agricultura, para que isso se transforme em um melhor ambiente regulatório para o setor.



ESPAÇOS DE REPRESENTATIVIDADE E DE PARTICIPAÇÃO

O fortalecimento do relacionamento institucional da OCB com atores públicos abre espaços de participação. Atualmente, o Sistema OCB está presente em mais de 50 fóruns do Poder Executivo federal. A ideia é fortalecer cada vez mais a participação da entidade nesses espaços, tendo em vista a formulação de políticas públicas para o setor.

Próximos passos: Com a formalização dos novos diretores das agências reguladoras, a OCB deve iniciar um cronograma de encontros com estes importantes tomadores de decisão sobre políticas públicas e regulações de interesse do cooperativismo.



Instalação da CMO e Calendário legislativo

Além da votação das indicações de autoridades públicas, nesta semana foi instalada a Comissão Mista de Orçamento (CMO), tendo a senadora Rose de Freitas (ES) como presidente. A instalação da CMO é importante uma vez que o **recesso parlamentar, entre 18 e 31 de julho**, só pode acontecer formalmente a partir da aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) pelo Congresso. Não ocorrendo a votação da LDO até o dia 17 de julho pelo Congresso, mesmo que os parlamentares tirem alguns dias de recesso informal, existem duas consequências principais: **1) A continuidade dos trabalhos da CPI da Covid; e 2) A não interrupção dos prazos de votação das medidas provisórias, o que tende a colocar em risco algumas das iniciativas legislativas do governo.**



Acesse as edições anteriores. 

Acompanhe nosso trabalho em:

